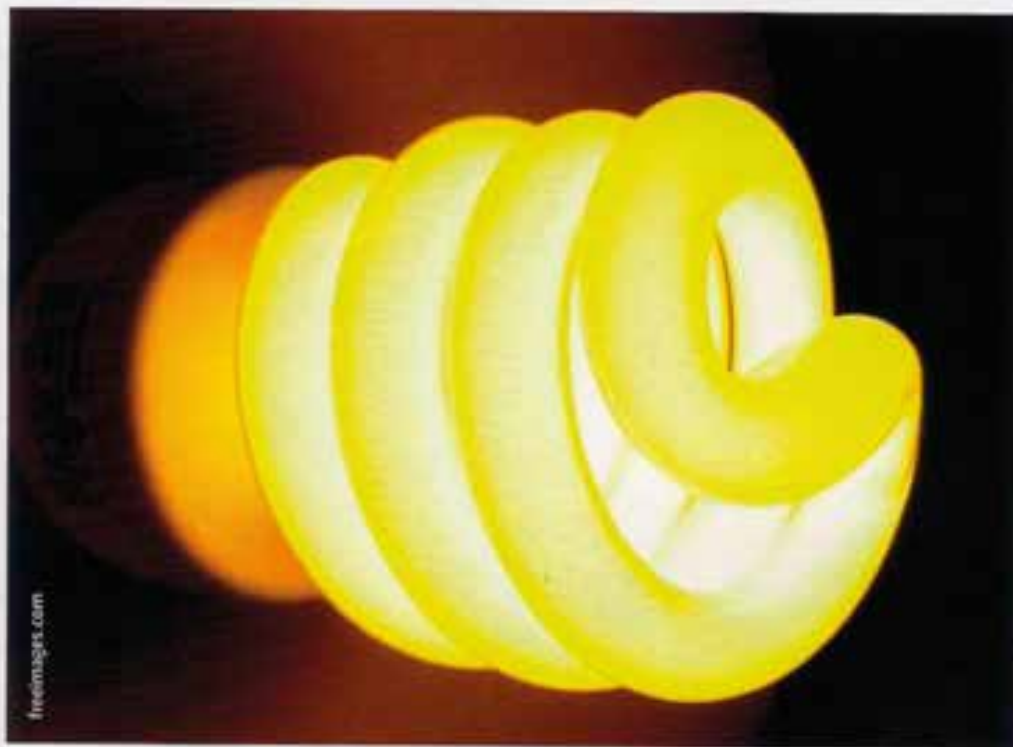


Abilux aponta medidas para redução do consumo de energia



A Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (Abilux), que reúne fabricantes de lâmpadas, luminárias, reatores e controles de luz, frente à iminente realidade de novos apagões em função do deficiente sistema energético do País e dos problemas de abastecimento em reservatórios em cinco das 10 maiores regiões metropolitanas brasileiras, mobilizou suas associadas para buscar alternativas que contribuam para o menor consumo de energia, já que a iluminação representa cerca de 20% da energia elétrica consumida atualmente no Brasil. 10 medidas foram apresentadas no dia 12 de fevereiro de 2015, em São Paulo (SP), pelo diretor técnico da entidade, Isac Roizenblatt.

Impossível ignorar que os reservatórios estão com um volume médio de 17% de sua capacidade (menos do que em 2001, no apagão) e que as usinas térmicas projetadas para operar em emergências estão em funcionamento direto colocando os geradores sob estresse para o qual não foram projetados.

Caminhos para auxiliar o País existem. Além de pedir a "São Pedro" por chuva, o uso de equipamentos eficientes pode reduzir drasticamente a carga energética utilizada em iluminação. Além disso, pode-se reduzir a utilização de produtos que levam mercúrio em sua composição.

Uma das soluções apontadas pela Abilux para que o País enfrente os altos riscos de falta de energia que já estão sendo vivenciados através de apagões é o uso da nova fonte de luz (LED) aplicada em luminárias modernas e de alto rendimento juntamente com equipa-

mentos de controle de luz eletrônicos somados a sensores de presença e nível de iluminação.

Confira, a seguir, medidas que, se adotadas no curto, médio e longo prazos, contribuirão para a redução do consumo de energia:

- Trocar os cerca de cinco milhões de pontos de iluminação pública existentes com lâmpadas a vapor de mercúrio (50 lumens por Watt) por luminárias modernas com LEDs (100 lumens por Watt) com controles inteligentes. A economia será de cerca de 70% da energia consumida. A iluminação pública consome cerca de 3,5% da energia elétrica no País, e a mudança sugerida representa cerca de 0,8%, ou seja, 3,7TWh ano, algo como 440 milhões de Reais ao ano ao custo marginal de energia;

- Modificar o programa da Aneel – Distribuidoras de Energia Elétrica de subsídios ou gratuidade na substituição de lâmpadas incandescentes (14 lumens por Watt) com a entrega de lâmpadas fluorescentes compactas (50/60 lumens por Watt) por lâmpadas LED (80/100 lumens por Watt) minimizando o custo de energia para o consumidor menos favorecido e maximizando o resultado para o País;

- Entregar casas do programa Minha Casa Minha Vida e programas similares estaduais e municipais já com o ponto de luz com luminárias e lâmpadas eficientes e de longa vida instalado;

- Tomar o Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações compulsório de imediato para edifícios a serem construídos e em reforma, obtendo eficiências máximas de equipamentos e mínimas de consumo por metro quadrado;

- Tomar compulsória ao governo federal e aos governos estaduais e municipais, a compra apenas de produtos com os selos Procel/Inmetro que garantem um mínimo de eficiência, desempenho e segurança;

- Programar que em um período de quatro anos todos os edifícios federais estaduais e municipais façam uma auditoria energética e modernizem seus equipamentos de iluminação;

- Tornar obsoletas, até 2020, lâmpadas a vapor de mercúrio, de luz mista e de indução magnética por possuírem lâmpadas substitutas mais eficientes, devido ao seu conteúdo de mercúrio e por estarem na programação do Acordo de Minamata assinado pelo Governo Brasileiro. Desde já, aumentar a alíquota de impostos destas lâmpadas devido à ineficiência e ao uso de mercúrio;

- Tornar obsoletos os reatores magnéticos para lâmpadas fluorescentes, pois os eletrônicos economizam cerca de 70% de energia;

- Criar linhas de financiamento a produtos e projetos de iluminação eficiente para as cidades para iluminação pública, prédios públicos e edificações em geral;

- Reduzir a carga tributária em todos os níveis de produtos que utilizem LEDs, como lâmpadas, módulos e luminárias, assim como drivers e controles para LEDs.

O custo da energia

Em 2014, houve um aumento de cerca de 20% no custo de energia, e nos primeiros meses deste ano, haverá um aumento de mais 40%, ou seja, em uma inflação oficial de 6,5% em 12 meses, o Brasil terá, em menos de seis meses, 60% de aumento no preço da energia – uma das mais caras do mundo.

A Abilux alerta para o fato de que deveriam ser acelerados os programas de substituição de produtos menos eficientes por outros mais eficientes dentro dos trabalhos da Aneel/Procel/Inmetro, retirando os obsoletos do mercado, como fazem, por exemplo, os países da Comunidade Econômica Europeia, EUA, Japão, Coreia do Sul, Austrália e China.

Há a necessidade de uma política industrial dedicada ao setor de iluminação, pois a luz elétrica está em todos os lugares e é responsável pela segurança, produtividade, estudos, saúde, lazer e conforto da população. Uma política industrial para o setor poderá atender o mercado local de forma competitiva, gerar empregos, desenvolver tecnologias e trazer divisas pela exportação de produtos.